



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Previdência

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Edifício Sede, 7º andar, sala 701 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
70059-900 - Brasília/DF - (61) 2021-5885

Ofício SEI nº 22/2017/SPREV-MF

A Sua Excelência o Senhor

Embaixador JOÃO ALMINO

Diretor da Agência Brasileira de Cooperação - ABC

SAF/Sul, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, 4º Andar, Edifício Via Office

70.070-600 - Brasília - DF

Assunto: Carta de Solicitação de Não Objeção (Cooperação Técnica BR-T1357 - Monitoramento e Avaliação dos Regimes Próprios de Previdência Social).

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 10128.100125/2017-11.

Senhor Diretor,

1. Encontram-se em andamento no âmbito desta Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda - MF, conforme documentos em anexo, tratativas para o estabelecimento de uma Cooperação Técnica ofertada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 120.000 (cento e vinte mil dólares), com o objetivo de realizar estudos para analisar a viabilidade da implantação de um sistema de monitoramento e avaliação dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.
2. A contratação e execução da Cooperação Técnica, que não exigirá contrapartida da União, será de responsabilidade do BID, tendo em vista ser uma entidade de excelência, com experiência consolidada na área de previdência, a partir de uma gama de lições aprendidas em outros países da região.
3. Nesse sentido, faz-se necessário que o BID elabore o Termo de Cooperação Técnica BR-T1357 - Monitoramento e Avaliação dos Regimes Próprios de Previdência Social, para continuidade do processo, razão pela qual solicito manifestação dessa Agência Brasileira de Cooperação quanto à não objeção para o seu prosseguimento.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

MARCELO ABI-RAMIA CAETANO

Secretário de Previdência



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Abi-Ramia Caetano, Secretário(a) de Previdência**, em 26/09/2017, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0096255** e o código CRC **6252716B**.

